

CAPÍTULO QUATRO



Fontes e manipuladores da verdade

Objectivos de aprendizagem

Quando tiver terminado o estudo deste capítulo, deverá ser capaz de:

- Aproveitar os conhecimentos adquiridos com o estudo do Capítulo 2 para ampliar as suas capacidades de mapeamento de fontes
- Empregar um processo estruturado para avaliar a utilidade/relevância de determinada fonte
- Descrever os factores que podem afectar a relação do jornalista com fontes humanas
- Discutir os dilemas enfrentados no trato com as fontes
- Descrever e avaliar as opções que o repórter/jornalista tem disponíveis para resolver estes dilemas
- Fazer uma lista de algumas fontes de informação existentes para obtenção de informação sobre uma gama variada de tópicos.

Se quiser rever os aspectos fundamentais referentes às fontes e ao mapeamento de fontes antes de prosseguir, consulte os Capítulos 2 e 3.

Se está confiante de que compreende bem a questão das fontes e as várias formas de lidar com elas, então passe directamente aos seguintes capítulos:

- Capítulo 5 que cobre aspectos adicionais sobre como conduzir uma entrevista
- Capítulo 6 que oferece orientação técnica sobre o jornalismo assistido por computador e o jornalismo com base em números
- Capítulo 7 que contém conselhos sobre formas de analisar as evidências, organizar a informação e redigir a notícia ou o artigo
- Capítulo 8 que examina os aspectos jurídicos e éticos, ou deontológicos, do trabalho do jornalista.

 Konrad
Adenauer
Stiftung



Angelique Kimoko trabalhava para um jornal pequeno e particular num país da África Central assolado pela guerra. Chegaram-lhe ao ouvido boatos de que as forças internacionais de paz que se encontravam no país estavam a abusar das mulheres deslocadas pela guerra: exigiam favores sexuais em troca de alimentos.

Angelique indagou por toda a parte, e por fim encontrou uma mãe e sua filha de 14 anos que estavam dispostas a falar sobre a experiência por que passaram nas mãos das forças de manutenção da paz. Angelique falou pouco durante a entrevista, tendo-se limitado a ouvir e a fazer apontamentos. A história que lhe contaram era arrepiante. Ambas afirmaram terem sido violadas por membros das forças internacionais quando tinham ido buscar rações de arroz para a família. Angelique sentiu-se tão comovida com a situação das mulheres, que no fim da entrevista lhes entregou todo o dinheiro que tinha na carteira. Quando chegou à redacção, o redactor não se mostrou muito entusiasmado. “O governo precisa de manter uma boa relação com as forças internacionais,” declarou. “Como é que podemos ter a certeza de que estas mulheres não são agitadoras pagas pelos rebeldes? Que crédito é que elas têm?” Angelique entregou-lhe a informação que tinha sobre a família para que ele pudesse verificar a veracidade da narrativa. Para horror dela, quando a notícia saiu, o nome completo das mulheres, e o campo onde se encontravam, tinham sido incluídos. Quando Angelique se encontrava no gabinete do redactor a apresentar queixa, a mãe entrou na redacção, a chorar histericamente e a gritar o nome de Angelique: “Sua traidora! Traíste-nos!” “Agora toda a gente sabe o que se passou e esta manhã a polícia de segurança levou-me a minha filha!”

- Que erros terá a Angelique cometido no trato com as suas fontes?
- De que forma poderia ter lidado melhor com uma situação idêntica?

No fim do capítulo, voltaremos a analisar estas duas questões.

As fontes são tão importantes para o trabalho do jornalista de investigação, que em capítulos anteriores já começámos a abordar este aspecto. No Capítulo 2, discutimos a técnica do mapeamento de fontes: a preparação de uma lista das perguntas que devem ser respondidas numa determinada peça de jornalismo, e a discussão que permitirá identificar possíveis fontes da informação necessária. Ainda no Capítulo 2, examinámos a diferença entre fontes primárias (aquelas que oferecem provas directas ou que descrevem experiências directas) e as fontes secundárias (aquelas que oferecem o contexto, os antecedentes, ou informação em segunda-mão).

Considerámos também, de uma forma geral, as vantagens e desvantagens das fontes humanas, das fontes de papel, e das fontes digitais, e a técnica que é usada para seguir um rasto documental. Vimos que os documentos escritos (as fontes de papel) e as fontes digitais só por si podem resultar numa notícia bastante completa e exacta, mas há o risco de parecerem pedantes e frias. Embora as fontes humanas possam ser afectadas por preconceitos conscientes ou inconscientes, e sejam vulneráveis a pressões, é através da voz destas fontes que se anima o texto e se cria uma sensação de envolvimento directo.

No presente capítulo, as primeiras secções irão concentrar-se em fontes humanas: como as encontrar, e como as tratar. A parte final examinará as fontes de papel (documentos) e as fontes digitais. A lista para ‘Leitura adicional’ apresenta vários sítios úteis na web.

Fontes e manipuladores da verdade:

**quem são as suas fontes;
como é que as identifica?**

“Por muito aprimorados que sejam os nossos métodos, o factor sorte é sempre extremamente importante.” (Stephen Grey)

Nunca se esqueça de que a utilidade das fontes humanas depende, não só, de quem elas são, mas também da sua aptidão como repórter em criar uma relação de confiança, em saber fazer boas perguntas e em saber registar as respostas com toda a exactidão. O jornalismo de investigação exige que o jornalista faça e conserve um registo das suas interações com as fontes – quer precise de usar estas provas em tribunal, quer não – não se limitando a fazer apenas uns apontamentos superficiais sobre tal interacção. O ponto de partida é – sempre – preparar uma lista dos principais intervenientes do caso que vai investigar, e planear como é que os vai entrevistar. No Capítulo 5 iremos examinar em maior detalhe como se devem realizar as entrevistas de investigação.

1 Testemunhas

Já tivemos ocasião de ver que as fontes mais importantes, mais fiáveis e mais expressivas são geralmente as testemunhas: as

peçoas que passaram pela experiência ou que estiveram de alguma forma directamente envolvidas no caso. O jornalista começa a identificar as testemunhas ao estudar relatos anteriores sobre o mesmo tópicO, tentando identificar o nome de peçoas que estiveram envolvidas, ou que estiveram simplesmente presentes no local. Quando as peçoas afirmam que estiveram presentes ou envolvidas, claro que o jornalista deve apurar se de facto assim foi. Quando o jornalista assistiu a partes da investigação que está a trabalhar, também conta como testemunha daquilo que viu. Por vezes, ao fazer uma reportagem sobre as condições que observou no local, o jornalista é a testemunha mais importante. Por exemplo, um jornalista que esteja a investigar o estilo de vida de um líder comunitário, se ao entrar em sua casa se deparar com mobiliário caro, de couro, e uma televisão de ecrã plano, quando a casa por fora parece ser humilde, tem o direito de incluir esta informação na reportagem.

Mas, muitas vezes, um projecto de investigação corre melhor se o jornalista deixar para mais tarde as entrevistas mais importantes, quando já tem mais informação e um melhor conhecimento dos antecedentes, que lhe permitem enquadrar as perguntas com grande precisão. Por isso, existem outras peçoas que é preciso identificar primeiro – e algumas delas poderá nem saber quem são no início. Examinemos então algumas sugestões de como identificar estas fontes.

2 Associados actuais

Procure peçoas que estejam actualmente associadas ao indivíduo sob investigação (por exemplo, outros altos funcionários da empresa, accionistas, membros da família, associados empresariais, empregados ou clientes). Pense em organizações onde o indivíduo esteja activo, como clubes desportivos, organizações religiosas ou de caridade. Lembre-se que as peçoas que contactar terão uma determinada atitude em relação ao indivíduo, resultante da relação que mantêm entre si. Considere isto ao entrevistá-las.

3 Associados anteriores

Procure peçoas que estiveram anteriormente associadas ao indivíduo: antigos sócios, ex-cônjuges, antigos empregados, médicos, professores, etc. Lembre-se que algumas peçoas estão obrigadas ao sigilo profissional ou à confidencialidade por razões jurídicas ou éticas, mesmo depois de terem deixado o emprego. Quando há conhecimento de disputa ou litígio em que o indivíduo tenha estado envolvido, o adversário pode ser uma testemunha muito importante, mas, de novo, lembre-se que as suas emoções e atitudes irão influenciar aquilo que este tipo de testemunha lhe diz.

4 Cadeias de investigação

O jornalista e investigador Joe Hanlon chama a isto “encontrar a mulher que sabe.” Comece com um contacto óbvio ou com um perito reconhecido na matéria, e peça a essa pessoa para o referir a outra com mais informação sobre a área específica que pretende investigar. Por seu turno, peça a essa outra pessoa que lhe dê o nome de outra ainda mais especializada na matéria. Ao chegar ao fim da cadeia de encaminhamentos – por vezes após apenas três ou quatro telefonemas – poderá ter encontrado alguém que tenha trabalhado num projecto com a pessoa que está a investigar. Isto acontece sobretudo em países em desenvolvimento onde os círculos sociais e profissionais são pequenos e toda a gente se conhece – é esta uma das vantagens de se fazer jornalismo de investigação em África!

5 Peritos

Há peritos em praticamente todas as matérias. Depois do Tsunami no final de 2004, todas as emissoras do mundo conseguiram encontrar um perito sobre climas extremos. Existem peritos de tecnologia, historiadores, cientistas, juristas, engenheiros e muito mais. Quando se trata de negócios de empresas (por exemplo, as actividades das multinacionais), é particularmente importante identificar o perito certo: aquilo que um contabilista local lhe poderá dizer não será suficiente.

Como os peritos habitam em comunidades muito próprias – muitas vezes transnacionais –, um perito pode conduzi-lo a outro.

Certifique-se de que fez investigação preliminar sólida antes de falar com o perito, para que as suas perguntas sejam claras e assentes em boa informação. Um perito não espera que saiba tanto como ele, mas é insultuoso entrevistá-lo sem se ter preparado. Contudo, é legítimo pedir-lhe explicações em linguagem leiga, para poder explicar melhor o assunto aos leitores do artigo. Tenha sempre muito cuidado em anotar cuidadosamente e com precisão aquilo que os peritos lhe dizem. É aceitável perguntar-lhe: “Isto está correcto assim?” E nunca distorça, omite ou deturpe aquilo que o perito lhe disse só porque não se enquadra na hipótese que você, o jornalista, tinha definido.

Poderá encontrar os peritos de que precisa através de consultas na Internet, noutros materiais que tratam do tópicO sob investigação, ou através de livros que os peritos tenham escrito sobre a matéria. As editoras geralmente têm os contactos dos autores dos livros que publicam e podem passar-lhos.

Alguns peritos – como por exemplo os contabilistas forenses empregados pela polícia para rastrear pistas documentais ligadas à corrupção ou dinheiro ganho com drogas – trabalham como consultores pagos. São caros, e aquilo que podem divulgar à comunicação social é limitado pela sua obrigação de confidencialidade para com os seus clientes.

Uma fonte próxima, menos dispendiosa e mais acessível encontra-se, muitas vezes, na universidade da cidade onde vive. Se procura peritos em exploração mineira, os departamentos universitários que ensinam engenharia de minas, geologia, e ciências minerais provavelmente têm professores que o poderão ajudar. Isto poderá requerer tempo e energia para ultrapassar telefonistas pouco interessadas em o ajudar ou o pessoal administrativo do departamento em questão. Mas a consulta de peritos locais geralmente tem vantagens relativamente ao uso do perito altamente conceituado que descobriu na Internet. Em primeiro lugar, estão acessíveis; você pode encontrar-se com eles em pessoa; provavelmente falam a sua língua e certamente são capazes de relacionar aquilo que lhes diz com o contexto local.

- **Considere várias possibilidades antes de fazer a escolha**

A consulta de vários peritos em áreas diferentes mas interligadas poderá dar uma perspectiva diferente sobre o tópico que está a investigar. Um advogado, um polícia, um médico, até mesmo um interrogador poderão ser úteis para a investigação em curso sobre a violação dos direitos humanos de indivíduos defensores desses direitos.

- **Avalie o seu perito**

Os peritos não têm todos o mesmo estatuto nem a mesma credibilidade. Por isso, procure obter recomendações de jornalistas em quem confie; investigue o nome exacto na Internet (e procure asseverar-se de que o nome corresponde à pessoa que de facto procura e não a um seu homónimo) ou nos arquivos da redacção. Descubra para quem trabalham, pois os cientistas financiados por empresas comerciais podem desempenhar também o papel de promotores dessas empresas. Identifique e examine as críticas que têm sido feitas ao trabalho destes peritos e lembre-se que tanto o trabalho como a crítica têm lugar no âmbito das convenções e ideias opostas de determinada disciplina.

Faça perguntas tenazes. No caso de cientistas, verifique se os artigos da sua autoria foram publicados em revistas científicas que usam o processo de revisão por pares; esta prática impõe normas muito mais rigorosas do que as páginas de saúde de uma revista comum. Pergunte ao perito “Quem é o seu mais acérrimo crítico?” – e depois tente entrevistar também essa pessoa. Lembre-se, porém, que o trabalho científico é sempre trabalho em progresso; os cientistas estão bem cientes disto pelo que muitas vezes expressam o que dizem como apenas uma possibilidade ou como sendo a melhor interpretação dado o nível de conhecimento corrente e as provas existentes no momento. Não exagere o que eles dizem, apresentando os pontos de vista do cientista de uma forma categórica, nem use interpretações científicas ultrapassadas.

- **Cuidado com embusteiros**

Existem muitos pseudo-cientistas por esse mundo fora. Há uns anos, no Reino Unido, um homem foi culpado de um crime porque a orelha dele correspondia à impressão de uma orelha encontrada no vidro de uma janela. A polícia tinha contratado os serviços de um perito na ‘nova ciência’ sobre impressões auriculares. Uns anos mais tarde, a condenação do homem foi anulada quando se provou que a ciência sobre impressões auriculares era uma falsidade. (Até mesmo a leitura de impressões digitais, que é uma questão bem diferente, inclui um elemento de interpretação).

Tragicamente, em África, deparamo-nos frequentemente com alegações falsas sobre ‘curas’ contra a Sida, feitas por ‘peritos’ auto-intitulados. O interesse público exige do jornalista que investigue meticulosamente estas alegações e que não as aceite sem questionar a sua validade.

Questione os peritos ‘fidedignos’

Até mesmo ‘relatórios de peritos’ aparentemente fidedignos precisam, por vezes, de ser questionados. Em Abril de 2008, o *New York Times* noticiou um caso de um fármaco contra a artrite, Vioxx, que se veio a descobrir ter efeitos secundários perigosos pelo que foi retirado do mercado: “a fabricante de medicamentos Merck tinha redigido dezenas de artigos científicos ... e convidado médicos prestigiosos a colocar o seu nome como se fossem eles os autores dos artigos para publicação.”

- **Arranje uma forma de tratar as divergências de opinião**

Se vários peritos por si consultados não estiverem de acordo sobre o tópico, terá de procurar uma maneira de apresentar estas divergências em contexto, de forma a fazerem sentido para os leitores. Se o peso da opinião dos especialistas pender para um lado, faz sentido seguir esse ponto de vista – embora o mesmo possa, mais tarde, vir a ser provado errado. Se a divisão entre as opiniões dos peritos for equilibrada, cabe-lhe explicar isso aos leitores. Mas essa é uma das razões pelas quais é tão importante avaliar a credibilidade dos peritos que vai entrevistar. Durante muito tempo, a comunicação social apresentou o debate sobre o aquecimento global como se a comunidade científica estivesse dividida por igual. Só muito mais tarde se descobriu, através da análise de relatórios, que muitos dos ‘peritos’ que derruiam a preocupação com o aquecimento global eram porta-vozes pagos de grupos de pressão do sector da energia. Na realidade, o peso esmagador da evidência científica há muito que indica que o aquecimento global está a ocorrer e que é perigoso.

Se não conseguir encontrar um perito que confirme os factos por si apurados, não quer dizer que deixem de ter validade. Você pode estar errado – ou pode estar a perguntar ao perito errado, ou a fazer as perguntas erradas. A inclusão de diferentes opiniões na sua reportagem mostra que tem um espírito aberto e poderá levar outros peritos com diferentes opiniões a oferecer-se para falar consigo.

IER**Qual a melhor fonte?****responder**

Está a trabalhar numa reportagem sobre uma ONG internacional que se sediou no seu país e que está a oferecer “tratamento gratuito”, segundo afirma, contra o VIH e a Sida. A ONG diz às pessoas que visitam as suas clínicas para pararem de tomar os TARV ou qualquer outro medicamento que lhes tenha sido receitado pelos médicos e que passem a tomar uma mistura de xaropes de ervas e de vitaminas que compram à ONG a preços baixos. A consulta com os conselheiros da ONG é gratuita. Entretanto, começaram a correr rumores de que os pacientes da clínica estão a morrer – pressupõe-se que por terem abandonado o tratamento ‘oficial’, ou devido ao novo tratamento. Ninguém sabe ao certo.

Você, o jornalista, não fez estudos médicos. Que tipo de conhecimentos precisa de ter e que especialistas precisa de consultar para preparar esta reportagem e como poderá obter acesso aos mesmos? Pense sobre a questão durante 10 minutos antes de prosseguir com a leitura.

- Precisa de obter informação sobre o desempenho prévio e a reputação da ONG noutros países. A pesquisa na Web poderá dar-lhe este tipo de informação. Precisa de saber o que diz a lei sobre aquilo que as ONG que trabalham no campo médico podem ou não podem fazer no país. Esta informação tem de ser procurada na legislação do país e nos seus códigos de prática.
- Em seguida, precisa de estudar os argumentos e contra-argumentos sobre tratamentos de ervas e vitamínicos para combate a doenças relacionadas com a Sida. Um médico especialista no tratamento da Sida ou um investigador desta área poderá apresentar-lhe os argumentos necessários (procure o perito num dos grandes hospitais, num instituto de investigação científica, numa faculdade de medicina ou num departamento de biociências).
- Um investigador médico de uma universidade ou de um hospital poderá ajudá-lo a analisar os aspectos médicos pertinentes, caso a ONG se recuse a divulgar a informação necessária, mas este trabalho poderá ter de ser pago.
- As únicas pessoas que lhe podem dizer quais as causas de morte dos pacientes são os médicos que assinaram as certidões de óbito. Porém, a deontologia médica dita-lhes que mantenham tal informação confidencial. Este é um impasse que poderá impedir a investigação de avançar. Precisar, por isso, de criar uma boa relação com um médico ou com um parente enlutado, e inspirar neles confiança de que tratará qualquer informação que lhe derem discreta e eticamente.
- Como acontece com todas as reportagens, a sua capacidade em obter informação de peritos só por si não basta; precisa, também, de uma abordagem sistemática e persistente para a realização da investigação de fundo, e boa capacidade de relacionamento interpessoal.

6 Departamentos do governo e outros organismos oficiais

Na maior parte dos países com um governo central em bom funcionamento, os departamentos do estado e os peritos governamentais são considerados como boas fontes de informação. Há uma longa história de aparente imparcialidade em relatórios científicos, actas exactas de reuniões, processos judiciais e registos.

Mas nos casos mais importantes e controversos, é ingénuo e pode ser perigoso presumir que tais documentos sejam de facto imparciais. Um perito ao serviço do estado tem as mesmas probabilidades de estar errado como qualquer outro perito – e nalguns casos poderá estar a ser pressionado pela entidade patronal para distorcer a informação apresentada. O jornalista deve, pois, levar em consideração o contexto e ponderar sobre possíveis motivos quando analisa a informação que lhe é facultada por estas fontes, questionando a sua imparcialidade, como faz com qualquer outra fonte.

Contudo, estes indivíduos com acesso a informações privilegiadas são, geralmente, muito conhecedores, e presumir que são sempre parciais poderá ser um erro tão grave quanto presumir o seu oposto. Por isso, deve averiguar a probabilidade de a informação que lhe deram estar correcta, confrontando-a com a informação de uma segunda fonte. Por vezes, é possível pedir a um departamento do governo que lhe conceda uma reunião não oficial e confidencial com um dos seus especialistas, o que lhe poderá dar um pano de fundo muito abrangente embora o entrevistado não possa ser citado na sua reportagem.

7 Agências internacionais

Temos tendência a pensar que estes organismos servem apenas como fontes de relatórios escritos e de políticas de actuação quando, na realidade, podem proporcionar contactos úteis, tanto no país de origem, como nos países onde actuam. Não têm qualquer obrigação em lhe prestar assistência, mas geralmente são extremamente compreensivos se o jornalista os contactar da maneira correcta, sobretudo se as suas indagações estiverem relacionadas com um aspecto sobre o qual tenham políticas firmes.

Mas precisamente por isso, (como todas as organizações) as organizações doadoras e outros tipos de agências têm as suas próprias políticas e princípios, além de que, por vezes, têm de seguir orientações rigorosas emanadas das políticas dos seus governos nacionais ou das organizações patrocinadoras. (Por exemplo, alguns países europeus têm fundações doadoras administradas por partidos políticos da direita, do centro ou da esquerda. Ao entrevistar um representante de uma destas agências, a informação por ele prestada estará relacionada com uma destas perspectivas políticas de base.) Porém, a investigação por si feita permitir-lhe-á contextualizar os comentários por eles feitos, ou a informação dada, e avaliar se precisará de realizar uma entrevista com outra fonte para contrabalançar estas informações.

Planeie este tipo de entrevista com antecedência, pois, muitas vezes, os representantes de agências internacionais têm de

pedir autorização antes de falarem com a comunicação social. E não se esqueça de reconhecer e creditar no artigo o indivíduo e a organização que o ajudou.

8 'Abanar a árvore'

A reportagem investigativa pode ser arriscada e, nalguns países, ou relativamente a alguns tópicos, os riscos para o jornalista podem incluir prisão ou assassinio. Por isso, muitas vezes é importante ser-se discreto no trabalho (mas sem trabalhar na clandestinidade). Porém, mesmo nestas situações arriscadas, por vezes é necessário 'abanar a árvore' para caírem alguns contactos. Para isto, o jornalista deixa que se saiba que está a investigar determinado tópico ou que já tem alguma informação sobre o mesmo. Isto pode ser feito informalmente, usando as suas redes de contactos; outras vezes, através da publicação de uma notícia preliminar e sem pormenores sobre o projecto de investigação. Estas acções podem resultar no aparecimento de informadores voluntários novos que lhe dão informações adicionais, ou outros que se tinham anteriormente mostrado relutantes em colaborar consigo poderão agora prontificar-se a falar consigo para 'corrigir' os erros na sua notícia. Deve contudo, medir cuidadosamente os prós e os contras desta tática porque pode ter consequências desagradáveis para si. Um outro possível resultado desta tática é que as pessoas implicadas no caso, alertadas sobre o seu trabalho, poderão tomar medidas para esconder as provas, silenciar possíveis fontes, ou tomarem acções preventivas contra si!

Sage-Fidèle Gayala, jornalista da RDC, argumenta contra 'abanar a árvore'

"Sou contra a publicação de investigações preliminares, sobretudo em África... porque podem bloquear o desenrolar da investigação e impedir de se obterem os resultados pretendidos... O jornalista pode ser assassinado se o protagonista da investigação sentir que a verdade está prestes a ser descortinada. Foi isto que aconteceu a Norbert Zongo (ver a Introdução) na Burquina Faso e a Bapuwa Mwamba da RDC.

Um outro risco é que as partes implicadas, quando alertadas para a questão, podem arranjar testemunhas falsas, bem preparadas, que comunicam ao jornalista informação errada, afastando-o, assim, da rota da verdade.

Eu, pessoalmente, já sofri o tipo de pressão e as tentativas de suborno, que os indivíduos implicados oferecem ao jornalista, às testemunhas, ou ao dono, administrador ou redactor do jornal. Em 2005, estava a fazer uma investigação sobre o empresário belga, Arthur George Forrest, que estava envolvido em corrupção, contratos injustos, e exploração ilegal de recursos naturais na província de Catanga, na RDC. A mera publicação de uma notícia preliminar foi o suficiente para o dono do jornal, durante uma reunião do conselho editorial, me instruir a abandonar a investigação e exigir que lhe entregasses toda a documentação que eu tinha recolhido.

As forças mais perigosas que podem ser alertadas por uma reportagem preliminar são aquelas que o jornalista nem sequer sabe que existem. Farão tudo o que podem para impedir que a investigação os identifique. Um jornalista pelo nome de Magloire que desapareceu na RDC é um exemplo. Até à data, ninguém sabe onde está ou quem é que ele estava a investigar. A este respeito, é importante informar um número mínimo de colegas sobre o seu trabalho: mas não todos os jornalistas que trabalham na mesma redacção. Porque, temos de nos lembrar, os poderosos têm antenas em todas as redacções para impedir que se realizem investigações. Publiquei uma reportagem sobre o assassinato político do Professor Jean Mboma assinado com um pseudónimo, no jornal *Le Soft International*. Consegui manter a investigação secreta desde o início até ao fim. Mas ao fim de menos de uma semana depois da investigação ter sido publicada, os assassinos já tinham identificado a quem pertencia o pseudónimo. Na RDC é muito comum os serviços secretos recrutarem jornalistas, e até mesmo redactores, para trabalharem para eles. Conheço centenas de casos no meu país. Os serviços de informações procuram sobretudo recrutar jornalistas de jornais especializados em jornalismo investigativo e de ONG que trabalham na área dos direitos humanos. Por isso, a publicação de uma notícia preliminar pode ser, e muitas vezes é, um perigo para o jornalista e para a investigação."

9 Blogues e grupos de conversação na Net

Por vezes, a consulta destas páginas na Net podem permitir-lhe identificar denunciante ou informadores: empregados descontentes e que possuem informações sobre a torpeza na organização para quem trabalham. Muitas empresas, organizações e departamentos do estado no mundo desenvolvido têm 'salas' de reunião electrónicas, não oficiais, onde são partilhadas opiniões críticas e outras informações. Este fenómeno também se verifica nos poucos países africanos, como a África do Sul, onde o uso da internet está muito disseminado. Mas não use a informação que aparece nesses sítios nas suas reportagens, sem primeiro averiguar se a pessoa está a dizer a verdade e se tem fundamentos para aquilo que diz; tente encontrar-se com a fonte ou verificar a informação por outros meios.

10 Redes de contactos

Todos os jornalistas criam redes de contactos. Geralmente isto acontece naturalmente, no decurso do trabalho. Mas quando o jornalista está a trabalhar num projecto investigativo específico, precisa de procurar conscientemente formar uma rede de contactos relevante. Onde é que as pessoas envolvidas no caso sob estudo se juntam? Vivem num bairro específico? Fazem compras numa determinada loja ou centro comercial? (Uma vez mais, os círculos profissionais mais restritos em muitos países africanos, tornam

estas perguntas mais fáceis de responder, do que em cidades enormes como Nova Iorque.) Visite estes lugares e fale com as pessoas, procure identificar gradualmente as pessoas associadas com as áreas ou com os indivíduos importantes para a investigação. Pode obter muita informação e conhecimento geral simplesmente em conversas informais e através da observação. Pode identificar a residência do protagonista da investigação: descubra exactamente onde (e como) ele ou ela vive. Mas não se esqueça das questões éticas e da necessidade de segurança da sua investigação antes de tomar decisões sobre a revelação da sua identidade e sobre a realização de entrevistas com os indivíduos identificados em que a informação seja atribuível à fonte.

Não se esqueça que os seus colegas também são fontes de contactos, pois também eles têm redes de contacto e talvez conheçam a pessoa que você procura. Se houver muita rivalidade relativamente à matéria objecto de investigação, pode preferir não partilhar essa informação com os colegas. Contudo, uma boa maneira de ultrapassar os problemas causados por falta de recursos financeiros é através da criação de equipas de investigação conjunta, integradas por colegas com atitudes semelhantes, mesmo que trabalhem para redacções diferentes. Os colegas podem dividir o trabalho e chegar a um acordo sobre quem irá publicar o quê das reportagens resultantes.

11 'Porteiros', 'inspectores' e 'abridores de portas'

Os contactos mais úteis numa organização são aqueles que lhe podem poupar o dilema moral e o risco de fazer o trabalho clandestinamente. Os 'porteiros' são, muitas vezes, literalmente isso mesmo: as secretárias, as recepcionistas e os seguranças, que lhe podem dar acesso a um lugar – ou dizer-lhe quem entra e sai. Não faça o erro de prestar atenção apenas aos funcionários de alto escalão; tente estabelecer boas relações profissionais com todas as pessoas. Os 'porteiros' são também as pessoas que desempenham este papel simbolicamente, pois controlam o acesso à informação e não necessariamente à entrada física no local.

Como lidar com os 'porteiros'

A jornalista queniana Joyce Mulama estava a investigar um caso de pessoas seropositivas que vendiam os medicamentos contra a Sida para poderem comprar comida: "Foi preciso muito tacto para conquistar a confiança daquelas pessoas... Tive de enviaar grandes esforços para os persuadir, a começar com o segurança à entrada, que foi extremamente importante na ajuda que me deu para identificar os 'comerciantes'".

Lembre-se que os 'porteiros', como é o caso dos funcionários dos bancos, de departamentos de crédito, de órgãos do governo, provavelmente assinaram cláusulas de confidencialidade como parte do contrato de trabalho, pelo que estão obrigados pela lei a não divulgar informação. Não lhes peça ajuda por razões frívolas, e seja sempre discreto na relação que mantém com eles, para lhes proteger a identidade.

Em qualquer investigação é muito importante saber "Quem tem a informação?" Muitas vezes, a informação tem muitos 'porteiros'. Pense lateralmente. Se o Ministério da Saúde se recusa a dar-lhe um documento, talvez exista um outro organismo que tenha o mesmo documento: por exemplo, a Organização Mundial de Saúde, uma ONG que trabalhe no campo da saúde, um professor universitário que esteja a investigar este aspecto da saúde, ou um membro compreensivo e amável da subcomissão parlamentar de saúde.

Os 'inspectores' são indivíduos dentro da organização que podem não ter informação sobre áreas mais sensíveis, mas que lhe podem dar, nas palavras de Stephen Grey "uma ideia das condições no 'terreno', quem é quem, quem é a pessoa mais importante, quem é a pessoa que de facto toma as decisões".

Os 'abridores de portas' são pessoas com influência. Se gostam de si, ou se acreditam no valor do seu trabalho, podem persuadir outros a falarem consigo. Os 'abridores de portas' são estadistas respeitados, ou indivíduos com uma posição não tão elevada mas respeitados dentro da organização ou de um grupo social. Por vezes, um líder tradicional é o 'abridor de portas' que dá acesso à comunidade. Os 'abridores de portas' são pessoas respeitadas cujas palavras são acatadas quando dizem: "Este/a jornalista não causa problemas. Podem falar com ele/ela." Identifique estes elementos ao fazer as pesquisas sobre o contexto geral e procure cultivar a sua relação com eles.

12 Vigiar e 'passar à clandestinidade'

Frequentar um centro comercial no bairro dos funcionários públicos a observar burocratas nas horas de lazer, não é vigiar. Vigiar é observar ocultamente e de perto o protagonista do caso que está a ser investigado, uma actividade que tanto pode, como não, exigir que o jornalista passe à clandestinidade: ou seja, fazer-se passar por membro da organização, ou usar câmaras ou gravadores ocultos. Uma tática muito comum desde a introdução dos telemóveis é telefonar a uma fonte enquanto esta está numa reunião com a pessoa sob investigação. A fonte depois deixa o telefone ligado e continua a conversar com o protagonista sobre o tópico de interesse, enquanto o jornalista escuta.

Este tipo de actividade é ilegal e provavelmente não é ética. As leis que discutimos no Capítulo 8 (privacidade, fingimento, sigilo oficial, etc.) existem para impedir essas actividades e essas leis fazem parte da legislação de todos os países africanos. Os castigos podem ser muito duros tanto para o jornalista como para a organização noticiosa que as emprega. Por isso, deve certificar-se de que:

- só fará uso destes métodos em último recurso, depois de ter tentado todos os canais legais e públicos
- só os usará para preencher lacunas específicas na investigação, e não para acumular impressões aleatórias e amorfas na esperança de descobrir alguma coisa importante
- só as usará após ter ponderado cuidadosamente e debatido todas as implicações éticas

- pesou bem as consequências do recurso a métodos clandestinos, em termos da credibilidade final da reportagem e da sua própria reputação – lembre-se que o protagonista poderá alegar (e até provar) que foi vítima de uma ‘armadilha’ que o obrigou a fazer ou a dizer algo incriminador
- só fará uso destes métodos nas investigações que visem proteger o bem público geral, para aqueles casos em que as consequências para a sociedade se não concluir a sua investigação serão graves.

No caso de investigações importantes, haverá momentos em que terá de recorrer a estas táticas: nunca diga “Desta água não beberei.” Mas tenha a certeza de que tem motivos inabaláveis para o fazer.

Fontes e manipuladores da verdade: **avaliação das fontes**

O jornalista precisa de decidir se vai usar determinada fonte e se está preparado e tem os recursos necessários para enfrentar questões jurídicas ou éticas que possam advir deste contacto. As seguintes perguntas poderão ajudá-lo a tomar uma decisão:

1 A fonte é genuína?

Ao nível mais básico, é preciso descobrir se a pessoa é quem de facto alega ser. Ela pode provar onde trabalha, o endereço de casa, dar informação sobre a família, apresentar caderneta militar, passaporte, BI ou carta de condução?

Se uma fonte tiver cadastro criminal, sofrer de dificuldades pessoais, doença mental, problemas financeiros, violência, ou, o pior de todos, tiver sido acusada de fraude, você precisa de ter muito cuidado e apurar tudo o que lhe diz. Mesmo depois de lhe explicar porque motivo precisa de verificar a identidade da fonte, é possível que ela ofereça resistência. Poderá haver razões muito fortes pelas quais a fonte procura encobrir este tipo de informação, e você precisa de levar este aspecto em consideração ao decidir se deve ou não confiar nas informações que lhe prestou sobre o caso que está a investigar.

2 A informação que a fonte lhe dá é apropriada?

Dissemos anteriormente que o jornalista precisa de ter formulado uma hipótese sobre a situação que está a investigar antes de começar a investigação, e esta é uma das razões para isso. Só se o jornalista souber aquilo que está à procura será capaz de avaliar a informação que lhe dão ou que encontra. A fonte apresenta uma explicação completa ou provas daquilo que afirma? Ser-lhe-ia possível, a si, o jornalista, reorganizar a informação, de uma forma plausível, e chegar a uma conclusão diferente? Onde estão as falhas no argumento? Será que a experiência da fonte é representativa das experiências da comunidade a que pertence? A informação dada é actual, ou aconteceu há tanto tempo que as coisas se poderiam ter alterado entretanto?

3 Quais são os seus motivos?

Vimos no Capítulo 2 que as pessoas podem dar-lhe pistas por variadas razões, muitas das quais não têm nada a ver com qualquer intenção de ajudar o jornalista investigativo ou de expor injustiças. O mesmo se pode passar quando o jornalista se dirige a uma fonte. Agravos pessoais, circunstâncias particulares ou crenças podem afectar aquilo que a fonte diz, levando-a a exagerar alguns aspectos e a omitir outros. Algumas fontes podem ter uma vontade excessiva de ajudar o jornalista e acabam por dar a resposta que pensam que o jornalista quer ouvir. O estudo sobre o historial da fonte poderá revelar-lhe algumas destas características e a sua observação da forma como a fonte se comporta quando fala consigo também é um bom indicador.

Fontes e manipuladores da verdade: **exactidão: a regra das duas fontes**

As pessoas podem cometer erros genuínos ou esquecer-se de pormenores importantes. Por isso, e por todas as razões acima indicadas, o jornalista precisa de verificar tudo o que descobrir e lhe tiver sido dito por uma pessoa, confrontando essa informação com a informação obtida de outra fonte independente. Quer dizer, precisa de obter provas que apontem na mesma direcção (muito raramente a informação será exactamente igual), oriundas de duas fontes que não possam ter trocado impressões entre si sobre a questão.

Se não lhe for possível encontrar uma segunda fonte, ou se não houver tempo, terá de declarar na sua reportagem: ‘foi impossível confirmar a declaração.’ Contudo, o uso de muitas declarações não confirmadas e de alegações enfraquecem o artigo.

Mas o que deverá fazer se a segunda fonte apresentar o oposto em vez de confirmar? Neste caso será necessário apresentar as duas opiniões, ou converter o conflito entre as duas fontes no tema principal da notícia: “O ministro do interior afirmou que homens armados tinham atravessado a fronteira; o ministro da defesa descreveu os homens como não estando armados.” Não pode simplesmente ignorar informações que não se coadunem à informação que está a tentar divulgar.

A sua própria credibilidade e profissionalismo também são factores relevantes neste aspecto. Jornalistas com uma carreira brilhante e muitas redes de contacto, como Seymour Hersh, podem, por vezes, depender apenas de uma única fonte. Mas muitos poucos de nós se encontram nessa situação.

Fontes e manipuladores da verdade:

problemas com fontes**Cuidado: manipuladores da verdade em acção**

Chamamos aos porta-vozes oficiais e aos elementos integrantes de grupos de pressão manipuladores da verdade (por vezes apelidados pelo termo Inglês, *'spin doctors'*): são pagos pelo empregador para criarem a interpretação mais favorável (para eles) de determinados eventos – quer dizer, manipulam a verdade. Mas nem sempre é fácil identificar o manipulador da verdade. Obviamente que o adido de imprensa do Ministro é um destes manipuladores. Mas o que dizer de alguns jornalistas que são pagos secretamente para promoverem determinada causa ou partido, de informações preparadas e dissimuladamente passadas à imprensa por fontes oficiais ou comerciais que trabalham em segredo, ou de 'peritos' que são pagos por uma companhia comercial para promoverem os seus produtos? O que dizer de material colocado anonimamente em sítios da web sem exame ou avaliação prévia? Cada vez mais se faz uso de todos os tipos de meios para promover causas grandes e pequenas: o governo Americano usou uma companhia comercial para 'gerir' a imagem pública da Guerra do Golfo, e o Presidente dessa companhia, com todo o orgulho, descreveu-se a si mesmo como um 'guerreiro de informação'.

Falsas impressões

O jornal de Joanesburgo, *The Star*, de Terça-feira, 26 de Fevereiro de 2008 incluiu um artigo intitulado "Abertura do Parlamento de Mpumalanga", diagramado com o mesmo tipo de caracteres usados pelo *Star* para os títulos e para o corpo do texto. Os créditos indicavam 'correspondentes especiais', e num deles 'reportagem sobre crime'. Os artigos, que tinham sido inseridos como se fossem notícias e artigos normais do jornal, eram muito elogiosos sobre o governo provincial de Mpumalanga e seus altos funcionários. O crédito da reportagem sobre crime era o cabeçalho a uma palestra do ministro provincial da segurança pública. Claro que nada disto eram notícias do *Star*, mas pura e simples actividade de RP por parte da província que tinha comprado espaço no jornal para propaganda. Temos o direito de questionar o comportamento de um governo provincial que usa o dinheiro dos seus contribuintes para se auto elogiar. Mas o jornal permitiu que o artigo da província parecesse parte do espaço editorial em vez de ser claramente publicidade, pelo que aprovou e ajudou a província a manipular os leitores do jornal. As práticas jornalísticas sul-africanas ditam que este tipo de artigo deve ser rotulado '*advertorial*' ('anúncio comercial' ou 'editorial publicitário') mas não existem regras explícitas sobre a sua diagramação, nem que esta não deve imitar o tipo e o estilo usado pelo jornal. É muito fácil o leitor não reparar na pequena etiqueta que diz '*advertorial*'.

Os jornais com falta de recursos muitas vezes preenchem as páginas ou boletins com propaganda preparada em formato de notícias que é vendida ao jornal pela parte interessada. O jornalista David Miller, responsável pelo sítio de monitorização da comunicação social no Reino Unido, *Spinwatch* (que se pode traduzir como "de atalaia aos manipuladores da verdade"), afirma o seguinte:

"Uma imagem não precisa de ser falsa para enganar. As fotos que Colin Powell mostrou na apresentação que fez sobre o Iraque, perante as Nações Unidas, eram genuínas. Mas não mostravam aquilo que ele afirmou mostrarem ... As inovações de ponta encontram-se no sector empresarial, sobretudo na indústria das relações públicas. A Monsanto e outras empresas ligadas à modificação genética de sementes, têm estado na dianteira na criação de demonstrações falsas, institutos científicos falsos, grupos de pressão falsos, com todos os acessórios, como panfletos falsos, T-shirts, sítios na Web, etc. ..."

É muito mais fácil lidar com um manipulador da verdade reconhecido como tal, do que com notícias forjadas. Qualquer pessoa sabe que o porta-voz do Ministro é pago para dissimular os problemas e salientar os bons resultados. Só os mais inexperientes ou inábeis vão ao ponto de mentir – é muito fácil refutar uma mentira com investigação adicional. Quanto às evasivas e ênfases enganadoras, podem ser abaladas com investigação preliminar e boas técnicas de entrevista (ver Capítulo 5). Lembre-se: os porta-vozes estão simplesmente a fazer o seu trabalho, tal como você está a fazer o seu.

Para além dos porta-vozes oficiais, os governos – e um bom número de empresas gigantes – têm agências de informações cuja função é promover encobertamente os objectivos dos seus chefes e, por vezes, os seus próprios objectivos. O governo dos EUA usou as agências de informações do estado para disseminar boatos na comunicação social de que Saddam Hussein possuía 'armas de destruição em massa' o que, como se veio a descobrir mais tarde, não era verdade. No caso do assassinio de Dulcie September em Paris, em 1988, os serviços secretos franceses disseminaram muitos relatos falsos junto aos jornais, onde 'identificavam' assassinos estrangeiros para ofuscar o seu próprio papel.

A disseminação de boatos faz parte do quotidiano dos serviços secretos, que têm departamentos inteiros cuja única função consiste em influenciar a comunicação social. É do conhecimento corrente que espiam os jornalistas para descobrirem o que sabemos, e que tentam recrutar-nos (por vezes com sucesso, infelizmente). Mas com a mesma frequência, vão-nos passando informações (muitas vezes impressionante) com o propósito de nos enganarem e, através de nós, enganarem o público. É preciso muito, mas muito cuidado, quando alguém se mostra muito solícito para 'ajudar' o jornalista com gravações e documentos importantes, mesmo quando as razões que apresenta parecem plausíveis. Em certa ocasião, um "empresário que tinha sido defraudado" por um traficante de armas francês prometeu a Evelyn Groenink "300 horas de conversas gravadas" com o dito traficante. A fonte tinha um motivo razoável para falar à comunicação social: vingança por ter sido enganado. Mas quando Groenink começou a indagar sobre os enormes montantes de dinheiro, tempo, oportunidades de espionagem, bilhetes de avião e redes

de contactos, que a 'vítima defraudada' parecia ter ao seu dispor, a fonte desapareceu – para Londres, onde vivia e, pensa agora Groenink, trabalhava para o governo britânico ou para a indústria de armas britânica. Na altura, a indústria de armas britânica tinha bons motivos para se preocupar com a penetração da concorrência francesa no mercado africano.

Um princípio básico a seguir, é que é sempre melhor ser o jornalista a descobrir as suas fontes, do que serem as fontes a descobri-lo a ele. O 'Voz Grossa' que alega que temos de nos encontrar com ele numa ruela, no escuro, e jurar que nunca falaremos do encontro a ninguém porque "está a ser perseguido por eles" pode muito bem ser um "deles"!

Face a isto, por muito convincentes que lhe pareçam ser as provas que tem nos documentos ou na internet, a possibilidade de que a informação seja forjada significa que o jornalista tem sempre de verificar a fonte. O que é este 'instituto de investigação'? A quem pertence? Quem o financia? Quem são os membros do conselho de administração? Qual é o historial do autor da informação? A quem prestará ele vassalagem?



Relutância/anonimato

Sobretudo quando se trata de situações sensacionais, muitas vezes o jornalista depara-se com fontes que têm relutância em falar e que insistem que tudo o que lhe vão dizer é a título confidencial e que não concordam em serem identificadas. Em primeiro lugar, precisa de saber quem é a pessoa; se não souber nada sobre o historial da sua fonte, não poderá avaliar que tipo de informação que a fonte lhe pode dar. A fonte mais arriscada é a voz não identificada do outro lado do telefone – nem que o Voz Grossa tenha sido o accionador da investigação de Watergate, é caso para suspeitar dele.

Mas o certo é que o jornalista não pode forçar ninguém a dar-lhe informações, ou a dar autorização para ser citado. O jornalista precisa de compreender as razões da fonte. Pergunte-lhe porquê. Uma boa pergunta é: "O que lhe poderia acontecer se o seu nome fosse divulgado?"

Por vezes, é uma questão de medo a nível pessoal: o imigrante sem documentos que será deportado se a sua identidade for divulgada; o funcionário público perto da reforma que poderá ser despedido ou até encarcerado; o indivíduo seropositivo que pode ser atacado pela comunidade onde vive. Nestes casos, e nesta altura, convém consultar o redactor para se informar sobre aquilo que o jornal poderá fazer para proteger a fonte. (Pode dar-se o caso de o seu redactor lhe pedir o nome da fonte. Se lhe der o nome, deixe absolutamente claro que a informação não pode passar dali.) Mas nunca faça promessas a uma fonte que não possa cumprir; é melhor usar uma fonte anónima ou a título confidencial do que viver com a responsabilidade moral de uma fonte que foi torturada ou assassinada.

Nomear ou não nomear, eis a questão

"A minha pior experiência como jornalista foi o assassinio de uma fonte, morta por ter muito mais informação do que aquela que me deu, porque queria primeiro apalpar terreno. A fonte pediu-me para não revelar a sua identidade, mas as pessoas com quem estava envolvida não tiveram dificuldade em identificá-la e eliminaram-na. Isto leva-me a pensar que, para uma fonte, é melhor, ou não divulgar a informação que tem às pinguinhas, para não haver razões para que seja morta, ou se o fizer, arriscar-se e deixar que o seu nome seja citado pois assim qualquer represália será claramente vista como tal: uma reacção às denúncias feitas. Este é o reverso da medalha da protecção de fontes." – Sam Sole, *Mail & Guardian*, Joanesburgo

Contudo, estas são, geralmente, as únicas razões para aceitar uma fonte anónima. As fontes anónimas são difíceis de monitorizar, podem dar origem a notícias imprecisas – e levam o leitor a não confiar na história. Por outro lado, poderão proporcionar informação privilegiada e em primeira-mão, confirmação importante de outros dados, ou pistas para obtenção de provas adicionais. Faça a sua decisão final com base nas circunstâncias específicas do jornal para quem trabalha, da fonte, e do caso específico. Combine com a fonte sobre a forma como se vai referir a ela na notícia, e use uma descrição o mais explícita possível dentro das restrições impostas pela segurança da fonte. "Um cientista ambiental que trabalha para o ministério de silvicultura" é melhor do que dizer apenas "um cientista" – a não ser que ele seja o único cientista ambiental do ministério!

Se a fonte se mostrar apenas relutante em vez de recear pela sua vida, tente persuadi-la a deixar revelar a sua identidade. A repórter de investigação sediada na África do Sul, Evelyn Groenink, explica como tentar persuadir as fontes relutantes – e o que faz quando tem de aceitar informação 'a título confidencial':

"A maior parte das pessoas pensam que são inerentemente boas. Tenho tido bastante sucesso quando uso esse ponto de partida para falar com as minhas fontes, explicando-lhes que quero contribuir para rectificar algo que está errado e perguntando-lhes se não podemos trabalhar juntas neste sentido. Se [a fonte] me pudesse ajudar a compreender como as coisas se devem processar e os motivos ou as formas que impedem que assim seja ..."

No próximo capítulo, vamos estudar técnicas a empregar nas entrevistas para combater a relutância.



Pagamentos

Nunca se ofereça para pagar pela informação recebida e tenha cuidado com fontes que queiram dinheiro antes de falarem. A credibilidade da fonte é imediatamente suspeita e a sua notícia também o será se o publico leitor vier a descobrir que o informador foi pago. Você pode ser acusado de ter pago à testemunha para ela lhe dizer aquilo que você queria ouvir, o que põe em descrédito ambas as partes.

Se a reportagem relatar um caso judicial, você pode ser acusado de comprometer a integridade das provas ou de privar o réu do direito a um julgamento justo.

Se a sua fonte não falar a não ser que seja paga, deve perguntar-se porquê. Estará a dar as informações apenas pelo dinheiro? Estará de facto numa situação tão precária que a denúncia em troca de pagamento é a única forma de sobreviver? Ou será que a fonte e você, o jornalista, vêm de uma cultura onde os favores são sempre reciprocados e em que todas as transacções são untadas com dinheiro: como, por exemplo, o caso dos funcionários públicos que recebem sempre uma gorjeta por baixo da mesa para passarem cópias de certidões de nascimento ou outros documentos?

Se tem motivos para suspeitar que o motivo da fonte é puramente mercenário, a conversa tem de parar ali. Não lhe é possível saber se aquilo que lhe está a ser apresentado tem qualquer ponta de verdade. A experiência e o seu instinto jornalístico poderão guiá-lo neste sentido, mas se for relativamente novo na profissão, deverá auscultar a opinião de um colega mais experiente. Se estiver a investigar a notícia para um jornal estrangeiro, lembre-se que a maior parte dos jornais internacionais têm códigos rígidos sobre pagamentos e que não aceitarão uma reportagem baseada neste tipo de fonte.

Se for uma questão de hábito cultural, você terá de explicar cuidadosamente à fonte porque motivo, neste caso específico, o pagamento poderia comprometer a reportagem: “Ninguém vai acreditar em nós se souberem que lhe dei dinheiro.” Tente despertar a consciência do informador; pergunte-lhe o que o levou a contactá-lo e a dar-lhe informações e se a rectificação desse erro não é mais importante do que o dinheiro que ele poderia receber. Se isto não der os resultados pretendidos, e se o denunciante for genuíno e tiver informação importante e difícil de obter de outra fonte, se a informação for importante e se o pagamento não ultrapassar os limites daquilo que é pago para este tipo de favor, o jornalista vê-se perante um dilema: ou abandona a investigação ou faz o pagamento. (Para mais informação sobre este tipo de decisão, consulte o Capítulo 8.)

Entre as comunidades pobres, os repórteres têm, por vezes, a fama de serem abutres que exploram as situações que encontram no seu seio, para construírem as suas carreiras e se tornarem ricos – ao passo que os seus informadores permanecem pobres. Nestas circunstâncias, compreende-se que o informador peça para ser pago. Novamente, o jornalista precisa de explicar que a reportagem não lhe traz benefícios pessoais, mas que é para o bem público, e explicar porque motivo o pagamento em troca da informação poderia causar problemas com a reportagem final. No entanto, justifica-se procurar formas legítimas de compensar os denunciantes.

Um pagamento limitado para compensar o denunciante pelo tempo ou rendimento perdido como resultado directo da sua colaboração é legítimo e largamente praticado, como também é legítimo pagar as despesas em que incorreu o informador. Certifique-se de que estes pagamentos não poderão vir a ser vistos como recompensa dissimulada pelas informações; obtenha um recibo que indique explicitamente para que foi o pagamento e assegure-se de que os montantes são razoáveis. Se trazer consigo a equipa de filmagem, poderá pagar uma ‘tarifa para uso de instalações’ como recompensa por qualquer inconveniente que a filmagem tenha causado, incluindo o custo da electricidade usada. E os bons modos, no decurso do seu trabalho, como trazer uma refeição suficiente para ser partilhada com toda a família do informador, lembrar-se de agradecer pela colaboração, ou voltar a visitá-lo para o informar sobre o andamento do caso, como tinha prometido, poderão melhorar a reputação dos jornalistas e o respeito das comunidades pelo seu trabalho.

Se determinada investigação exigir grandes despesas, tais como o pagamento de seguranças, uma casa segura, ou a transferência de um informador, estas despesas devem ser registadas na reportagem.

Não deveria ser necessário mencionar, mas aqui fica: como repórter, não deve nunca pedir dinheiro ou aceitar pagamentos significativos ou favores de pessoas ligadas ao caso. Esta regra é vinculativa quer um pedido explícito lhe tenha sido feito, quer não, sobre a forma como a situação deverá ser tratada. Claro que o senso comum tem de prevalecer nestas situações: uma cerveja ou uma boleia para a paragem do autocarro, não são favores significativos. Muitas redacções têm um código deontológico que delimita o valor ‘aceitável’ para prendas e favores. Mas sejam quais forem as regras, se se tornar do conhecimento público que o jornalista recebeu dinheiro, prendas ou favores de uma das personagens que figuram num artigo seu (mesmo que isto não tenha em nada influenciado a reportagem), a sua reputação sofrerá para sempre.

Servir a dois senhores

Um jornalista congolês, Franck Ngyke Kangundu, poderá ter sido assassinado por tentar servir a dois senhores políticos ao mesmo tempo. Servia de olhos e ouvidos do novo governo de Kabila no jornal da oposição *La Reference Plus*, mas não tinha cortado por completo a sua ligação com o antigo regime de Mobutu e, lançando mão de inúmeros pseudónimos, escrevia notícias investigativas que atacavam o governo (com base em informações obtidas dos seus antigos contactos simpatizantes de Mobutu), bem como notícias que elogiavam o governo. Em Julho de 2005, *La Reference Plus* publicou uma reportagem que acusava o Presidente Kabila de mandar US\$30 milhões de fundos estatais para a Tanzânia, onde tinha crescido. Pouco tempo depois, os serviços secretos congolezes encontraram o redactor do jornal (que se tinha escondido) que lhes revelou o nome de Kangundu. Kangundu e a mulher foram abatidos diante de sua casa. (Consulte a reportagem completa “*30 Millions de dollars et la trahison du Marechal*” em arquivo em www.niza.nl)



Protecção das fontes

O jornalista é responsável por alertar as fontes de qualquer possível perigo que possa advir da publicação da reportagem – mas também tem a responsabilidade de lhes indicar os benefícios sociais e o bem público que poderão resultar da revelação. Só depois

de discutir estes dois aspectos com a fonte, poderá o jornalista dizer que a fonte deu consentimento esclarecido para que o seu nome aparecesse na reportagem.

Muitas vezes, a única forma eficaz de combater as manipulações da verdade, as mentiras, os erros e os crimes dos grandes e poderosos é através de testemunhas que falem abertamente, sem ambiguidades, e que sejam identificadas pelo nome. Para se obter este tipo de testemunho é preciso tempo.

Se, depois de ter feito o seu melhor para persuadir a sua fonte, ela continua a temer que o seu nome seja mencionado, precisa de seguir os seguintes passos para a proteger:

- Antes de a fonte lhe ter dado qualquer informação, explique-lhe que poderá ter de revelar a sua identidade a algumas pessoas, como o redactor, ou o advogado, do jornal. Explique que isto significa que nem todas as decisões referentes à protecção da identidade da fonte ficarão apenas nas suas mãos.
- Discuta com a fonte a forma como a identidade dela será escondida, incluindo a forma como se irá referir ao local onde vive, ao seu historial, estatuto social ou sexo.

“Ou falas ou então ...”

Em 1992, o então redactor do jornal *Financial Gazette* no Zimbabué, Trevor Ncube, e o jornalista Regis Nyamakanga, foram chamados para comparecer perante uma Comissão Parlamentar após publicação de uma reportagem em que tinham citado anonimamente um membro da comissão. O membro tinha alegado (e as investigações da Comissão mostravam) que alguns ministros do governo tinham recebido favores de um empresário corrupto. A Comissão sentia que tinha sido prejudicada nas suas investigações pela publicação do artigo. O parlamento deu ordem aos dois para que revelassem a fonte, caso contrário teriam de enfrentar uma acção judicial. Receoso de uma pena de prisão, Ncube revelou a sua fonte. *Fonte: MISA/IFEX*

- Combine com a fonte explicitamente o que será incluído na reportagem, quando é que será publicada, qual é o prazo para alterações ao conteúdo, e se a informação será embargada (retida por algum tempo antes de ser publicada).
- Certifique-se de que a fonte compreende os riscos em que incorre ao encontrar-se consigo, ou discutir o caso ao telefone ou por correio electrónico.
- Assegure-se de guardar quaisquer apontamentos ou registos relativos à fonte num lugar seguro; por exemplo, com uma terceira parte que não tenha qualquer ligação com a investigação, com a fonte ou com o jornal. Não discuta questões que tenham a ver com a fonte num lugar onde possa ser ouvido, escutado clandestinamente (seja por telefone, seja com outros aparelhos de escuta) ou ter o seu computador violado por um pirata informático (as mensagens do correio electrónico). Lembre-se que hoje em dia é muito fácil fazer o rastreio de chamadas telefónicas, incluindo chamadas por telemóvel, e é fácil usar os sinais rotineiros de rastreamento da companhia de comunicações móveis para localizar o portador. Por isso, desligue o telefone e retire a bateria, antes de ir para uma reunião que precisa de manter secreta.
- Aceite o pedido da fonte de que certa informação é ‘a título confidencial’ ou ‘apenas para lhe dar uma impressão de fundo’ – embora possa tentar persuadi-lo a mudar de opinião sobre estes aspectos.
- Se prometeu não revelar a identidade de alguém, tem de cumprir a sua promessa, mesmo que isto implique uma pena de prisão para si. Certifique-se de que o seu redactor e todos os colegas envolvidos na investigação compreendem o significado deste compromisso. Este é o princípio mais importante que rege as relações entre os repórteres e as fontes.
- No entanto, tenha em mente que em muitos países africanos, os repórteres e os redactores são torturados para revelarem o nome das fontes (como aconteceu com o redactor de Franck Ngyke Kangundu no caso acima apresentado). E visto que as ofensas ligadas à comunicação social, nestes países, muitas vezes são regulamentadas pelo direito penal em vez de pelo direito civil, os veredictos poderão voltar-se contra as fontes de informação e a recusa em revelar o nome das mesmas poderá ser considerado como obstrução da justiça ou desobediência ao tribunal, punível com pena de prisão. Por isso, antes de começar a investigação o jornalista precisa de analisar profundamente o seu íntimo para saber até que ponto é que está preparado em se sacrificar para proteger uma fonte. Consulte o Capítulo 8 para mais informação sobre estes aspectos.



Protecção própria

A lei que protege (ou não) os jornalistas varia de país para país, como também varia aquilo que é admissível como prova em tribunal. No Capítulo 8 discutimos alguns princípios gerais da lei. Mas pertence-lhe a si a responsabilidade de conhecer a lei e de compreender os riscos que corre e as possíveis consequências.

Seja qual for o método por si adoptado para guardar os seus apontamentos – apontamentos escritos à mão, no computador, ou gravações de som ou de vídeo – estes apontamentos devem ser tão rigorosamente correctos quanto possível, devidamente datados e arquivados de modo a poder reavê-los quando precisar. Seja extremamente rigoroso em registar:

- Aquilo que a fonte viu com os próprios olhos, aquilo que sabe e/ou aquilo que está preparado para divulgar
- Como é que a fonte obteve ou podia ter obtido acesso à informação que alega ter
- Os motivos que levam a fonte a falar
- Aquilo que a fonte disse – as suas palavras textuais, e não paráfrases, ou uma gravação se conseguir persuadir a fonte a deixar-se gravar.

Registe todos os pormenores relativos aos seus contactos com a fonte, incluindo tudo o que discutiram sobre pagamentos que foram solicitados ou que foram feitos. Guarde todos os recibos das despesas contraídas na investigação.

Tome todas as precauções necessárias para guardar os documentos e outra informação que tenha num lugar seguro. Se trabalha a tempo inteiro para um jornal com conselheiros jurídicos e técnicos de confiança, mantenha-se em contacto permanente com eles e aproveite os seus conhecimentos técnicos, por exemplo, para encriptar a informação armazenada no seu disco duro, ou para obter um lugar seguro para armazenar cópias de papel. Se trabalha por conta própria, ou se duvida da fidedignidade da redacção onde trabalha, terá de se orientar pelo seu senso comum – e neste caso, você é muito mais vulnerável. Consulte organizações profissionais e colegas para pedir-lhes conselhos e apoio, como por exemplo, a organização FAIR, ou consulte sítios em linha de aconselhamento e protecção como a Comissão para a Protecção dos Jornalistas (CPJ).

Mantenha uma relação transparente e honesta com as suas fontes. Nunca lhes minta nem as engane seja por que motivo for. Não lhes faça promessas que não possa cumprir, nem faça previsões de consequências que não possa garantir. Não se deixe afeiçoar à sua fonte e não se envolva nos seus problemas ao ponto de não poder manter a distância profissional necessária.

Deve envidar todos os esforços possíveis para garantir que aquilo que a fonte lhe diz é a verdade. Por isso, trate a informação, por muito importante que seja para si, com frieza profissional e cepticismo normal. Verifique as informações pessoais e desconfie se houver partes da sua vida que a fonte tenta encobrir. Faça perguntas difíceis. Esteja preparado para evasivas, retardamentos ou problemas inesperados na sua relação com a fonte, e analise sempre o que foi que correu mal. Não existem testemunhas perfeitas e você não vai querer mais tarde surpreender-se com informação sobre a testemunha que você ignorava.

Para além daquilo que combinaram relativamente à protecção da fonte, oponha-se a qualquer sugestão de que a fonte tem o direito de controlar o conteúdo do artigo ou reportagem. Salvo raras circunstâncias, isto é prerrogativa do redactor.

Uma forma de protecção para si e para a testemunha pode ser uma declaração assinada e atestada, reconhecida como válida: o depoimento. E não se esqueça que as pessoas importantes geralmente são arrogantes e muito autoconfiantes, e que, provavelmente as características que fazem com que esta pessoa seja tão individualista e autoritária ao lidar consigo, sejam as mesmas que o levam a arriscar-se para falar consigo.

Um depoimento destes, rubricado em todas as páginas e assinado na presença de um advogado, é aceite pelos tribunais da maior parte dos países e tem consequências judiciais importantes. Indica que a fonte está disposta a aparecer no tribunal e a testemunhar, se for necessário. Este documento deve ser entregue a um advogado de confiança para ser guardado em segurança. Se a reportagem for contestada em tribunal ou se lhe intentarem uma acção, a existência do depoimento deixa bem claro a quem estiver a contestar os seus factos que a fonte está disposta a aparecer em tribunal desde que o tribunal lhe garanta protecção. Também o protege a si se posteriormente a fonte se retractar.

Contudo, em países onde há pouca confiança no estado de direito, onde os tribunais oferecem pouca protecção verdadeira, poderá ser muito difícil persuadir a sua fonte a assinar um depoimento. Mas vale a pena tentar.

Mas a protecção da sua integridade profissional é apenas parte da auto-protecção. Existe o aspecto muito importante da protecção da sua segurança pessoal, da segurança da sua família, e da sua saúde mental. Se pretende passar algum tempo a trabalhar numa área arriscada e traumática da profissão, precisa de:

- conversar com as pessoas que lhe são mais chegadas, não necessariamente sobre os pormenores do seu trabalho, mas sobre as repercussões que a sua actividade poderá ter para a sua segurança pessoal e para a segurança deles. Procure planear a melhor maneira de se protegerem, as precauções que devem tomar, e as opções em termos de um 'plano de fuga' se vier a tornar-se necessário;
- procurar dicas em organizações de jornalistas e sítios da Web sobre segurança profissional e procurar obter a confiança e amizade dos colegas a nível internacional;
- reconhecer que poderá vir a precisar de apoio psicológico em determinado momento da sua carreira, se tiver testemunhado eventos traumáticos ou se tiver sido sujeito a tratamento brutal, intimidações ou tortura. A lista para leituras adicionais no fim do presente capítulo sugere alguns recursos úteis.

Fontes e manipuladores da verdade: **prova documental**

Ironicamente, à medida que o acesso a uma gama alargada de documentos vai sendo facilitado pela Internet, a utilidade desses mesmos documentos é muitas vezes questionada. O jornalista investigativo Stephen Grey afirma o seguinte a este respeito:

"A era dos documentos acabou. Encontramo-nos numa situação onde, cada vez mais, não podemos depender de documentos. Actualmente, é tão fácil forjá-los ... Durante a Guerra do Iraque vimos que um dos argumentos mais importantes usado pelo Presidente para justificar a Guerra foi uma alegação de que Saddam Hussein tinha comprado urânio do Níger ... quando olhamos para trás, é espantoso que alguém pudesse ter acreditado naqueles documentos. Os documentos tinham nomes de 5 a 10 anos antes e timbres que já não eram usados; até mesmo os nomes dos representantes dos governos ... estavam errados. No entanto, a informação conseguiu atravessar todo o sistema ..."

No entanto, a afirmação de Grey de que a "era dos documentos acabou" é controversa. Continuamos a precisar de documentos para reconstruir eventos, obter o pano de fundo de uma entrevista, ou termos os factos necessários para comparar e verificar as respostas obtidas. O que o seu exemplo (e muitos outros) sobre documentos forjados nos diz é que precisamos de tratar as provas documentais com o mesmo cuidado com que tratamos aquilo que as fontes humanas nos dizem.

O jornalista pode lançar mão de um arquivo na Net como o Lexis-Nexis (ver Leitura Adicional) para procurar documentos; mas muitos documentos produzidos antes da era da digitalização precisam de ser procurados em arquivos ou bibliotecas reais e não virtuais, ou junto às suas fontes humanas.

O Lexis-Nexis é um arquivo electrónico de fontes 'secundárias': livros, revistas, jornais, revistas científicas, e outros. Uma fonte primária é o documento em si: não uma fotocópia, não uma citação dele tirada, nem uma análise dessa fonte que aparece noutro documento: o livro de contabilidade de uma empresa, o resultado de um teste, um registo, ou um documento a dar alta a um paciente. Os documentos originais têm muito mais valor do que cópias, a não ser que possa verificar a autenticidade da cópia no notário (cópia certificada por um jurista).

1 O acervo público

Muita da informação de que precisa provavelmente já existe e está disponível em documentos abertos ao público. É isto que queremos dizer quando falamos de 'acervo público'. Poderá aparecer em buscas em arquivos da redacção, na internet, ou em livros, em bibliografias, em arquivos do tribunal ou em registos oficiais (propriedade, veículos, companhias, casamento ou divórcio). Temos tendência a subestimar o acervo público, pois presumimos que, como está disponível, já não é notícia. Mas lembre-se:

- Os documentos que procura podem ser públicos, mas nem toda a gente os leu. Está a trazer algo do âmbito de um grupo de leitores restrito e especializado, para um público mais vasto
- É possível que ninguém tenha feito as mesmas perguntas que você fez
- A síntese da informação obtida a parte de muitas fontes diferentes cria nova informação quando permite revelar ligações, contradições ou lacunas.

Não se esqueça dos aspectos básicos, tais como listas telefónicas públicas, listas telefónicas da companhia, relatórios anuais, e documentos publicitários da organização. Estes documentos podem ter os nomes, os contactos, uma lista das responsabilidades e, por vezes, fotografias das pessoas que poderá estar interessado em contactar. As buscas em acervos públicos são sempre morosas e maçadoras mas valem sempre a pena.

Exercício 1

Documentos no acervo público

Que tipo de documentos públicos esperaria encontrar nos seguintes organismos? Pense e formule as suas ideias durante 10 minutos antes de prosseguir.

1 Empresas

2 ONG

3 Órgãos governamentais e para estatais

Exercício 1**Documentos no acervo público (cont.)**

Que documentos públicos esperaria encontrar nos seguintes organismos?

- | | |
|--|--|
| 1 Empresas | <ul style="list-style-type: none"> Licença da empresa Estatutos Sítio web se for uma empresa grande Lista telefónica interna Demonstrações financeiras Contratos e propostas de orçamento Documentos jurídicos se a empresa esteve envolvida em casos judiciais Comunicados de imprensa Caso seja grande/pública, ordem de trabalhos e actas das reuniões dos accionistas |
| 2 ONG | <ul style="list-style-type: none"> Registo ou licença Relatórios anuais e orçamentos Sítio web Lista telefónica interna Comunicados de imprensa Relatórios, políticas, boletins informativos e outras publicações Notícias na comunicação social sobre as actividades |
| 3 Órgãos governamentais e para estatais | <ul style="list-style-type: none"> Declarações de políticas Relatórios Sítio web Lista telefónica interna Discursos proferidos no parlamento pelo ministro relevante Comunicados de imprensa Documentação referente a contratos e licitações Cartas de porta-vozes Cobertura das actividades por parte da comunicação social |

Muitos destes documentos delineiam a imagem que a organização quer projectar. Apesar disso, podem ser muito úteis para identificar as lacunas e as contradições entre aquilo que devia ser e a realidade.

2 Trabalho anterior de outros

Converse com todas as pessoas que estudaram o tópico anteriormente. Será que a investigação já foi feita e que as testemunhas já foram encontradas? Esteja preparado para se apoiar sobre os ombros daqueles que trabalharam na mesma investigação antes de si.

Consulte todo o trabalho que já esteja feito

“Gastei semanas a procurar os registos dos serviços secretos da Alemanha de Leste, a Stasi, para a tentar descobrir quem eram os espíões no Reino Unido. Examinámos milhares e milhares de documentos todos marcados ‘Streng Geheim’: ultra-secreto. Gastámos semanas a procurar e a tentar descodificar o sistema – até que descobrimos que havia um livro, à venda nas livrarias, que já tinha feito tudo isso. Mais ainda, o livro até incluía o nome de algumas das fontes da Stasi no Reino Unido.” – Stephen Grey

Outros jornalistas, ONG, investigadores independentes, médicos, peritos, académicos e autores, poderão ter feito trabalho de relevância para a sua investigação. Em casos raros, detectives ou investigadores privados que tenham conhecimento do assunto poderão cooperar, mas precisam primeiro de obter o consentimento do cliente.

3 Informação governamental e oficial

Os organismos reguladores, muitas vezes têm de dar ao público a informação sobre aquilo que fazem e o que são. Os departamentos do governo poderão ser uma fonte de informação parcial mas útil:

- Nascimentos, óbitos, testamentos, casamentos e divórcios
- Arquivos do tribunal em casos criminais, bem como os arquivos sobre causas de morte
- Registos de propriedade e informação sobre hipoteca
- Registos sobre o serviço militar

- Registos de empresas
- Comissões reguladoras e fiscalizadoras (ambiental, industrial, sindicatos, médica e por vezes criminal e comissões militares)
- Cadernos de registo eleitoral.

Os governos nacionais de outros países podem ser excelentes fontes de informação, por estranho que pareça. O Governo dos EUA tem registos e ficheiros activos sobre a maior parte dos países do mundo, sobre as suas principais actividades económicas, políticas e militares, os planos de acção desses países e estatísticas. A informação obtida nestas fontes pode ser diferente da informação tirada de uma fonte interna. Estes ficheiros poderão estar disponíveis, ao abrigo da lei dos EUA que regula a liberdade de informação – *Freedom of Information Act* – pelo que qualquer pessoa, em qualquer parte do mundo pode solicitar os materiais relevantes mediante pagamento de uma pequena tarifa. O processo pode ser moroso, e levar meses, e o jornalista terá de ter o cuidado de manter um registo muito rigoroso, com as datas de todos os pedidos de informação feitos, quando recebeu resposta, quem mandou a resposta e quando espera obter resposta.

4 Avaliação dos documentos

Há um número de aspectos importantes que deve sempre verificar quando faz a avaliação de documentos:

- (Como sempre deve fazer) questione-se sobre a fonte. Que motivos poderão estar por trás da sua disponibilidade em lhe facultar a documentação?
- O documento é genuíno? Verifique os pormenores mencionados por Stephen Grey: o timbre, nomes citados, se a data faz sentido no contexto da informação contida. Examine o nível de língua do documento: erros gramaticais óbvios, não significam necessariamente que um documento oficial tenha sido forjado (os funcionários públicos também podem ter deficiências no seu conhecimento linguístico!), mas um estilo muito inapropriado deve levantar suspeitas.
- Está completo? Foram incluídas todas as páginas, ou houve omissões? (Verifique a sequência do número das páginas.) Será que alguma informação foi apagada, rasurada, ou tornada ilegível por uma dobra 'acidental' no papel? Lembre-se que a informação omitida poderia alterar completamente o sentido do texto.
- A informação ainda é actual? Se possível, pergunte a alguém que tenha conhecimentos sobre o material que verifique se o documento ainda é válido ou se é obsoleto.
- A informação é correcta? A existência de um documento não invalida a regra das duas fontes. Pergunte a um perito se os factos e os números que contém lhe parecem prováveis ou confronte-o com outros documentos.

Estudos de caso

Estudo de caso: **“Dune Deal” e outros artigos de Erika Schutze**

Erika Schutze, uma jornalista independente que trabalha na província do Eastern Cape na África do Sul, viu-se a braços com uma enorme e complexa variedade de fontes quando começou a investigar disputas sobre a exploração mineira de titânio na área. Os artigos resultantes desta investigação foram publicados na revista *Noseweek* em Agosto de 2007: (“*Dune Deal*” – Negócio das Dunas) e em Novembro de 2007 (“*Pondo Uprising*” – Revolta de Pondo); no jornal *Sunday Tribune*, de 24 de Junho de 2007, (“*Residents on Warpath over Dune Mining*” – Residentes em Pé de Guerra por causa da Exploração Mineira das Dunas) e de 23 de Setembro de 2007 (“*Commando Brandy Cottages Doomed*” – Cabanas de Brandy dos Comandos Condenadas).

Podia apresentar-nos um resumo da situação?

Tencionava fazer a cobertura de um conflito no Distrito de Xolobeni em Pondoland, no Eastern Cape, onde a comunidade está dividida entre aqueles que apoiam uma solicitação por parte de uma firma australiana para obtenção de licença que lhes permita fazer a extracção de titânio das dunas, e aqueles que querem proteger as suas terras ancestrais e seguir opções económicas compatíveis com o desenvolvimento sustentável da zona. A cobertura da situação na comunicação social até àquele momento tinha ignorado as preocupações dos que se opunham à mineração das dunas. Tenho a impressão que a imprensa sente relutância em fazer o trabalho fatigante mas necessário para descobrir a opinião das populações rurais mais pobres. Os temas que investiguei abrangiam questões de direitos humanos, direitos de propriedade, desenvolvimento sustentável e questões ambientais, bem como liberdade de expressão. Aqueles que se mostravam a favor da mineração recebiam financiamento da empresa que lhes permitia constituir os seus grupos: viaturas, telefones, e ajudas de custo. A facção oposta à exploração das dunas tinha de caminhar longas distâncias para se reunir, não tinha dinheiro para poder beneficiar de telecomunicações, e sofre com a falta de alimentos todos os invernos. A situação dos dois grupos era claramente desigual.

Eu precisava de investigar:

- Porque razão havia conflito na comunidade?
- Até que ponto tinha a empresa de mineração manipulado as tensões no seio da comunidade?
- Haveria mesmo perspectivas viáveis para ecoturismo e de que forma tinham estas perspectivas sido prejudicadas? (Será que tinha havido corrupção no fundo fiduciário para o desenvolvimento local?)
- Em 2003, um homem pelo nome de Mandoda Ndovela foi assassinado depois de uma reunião onde manifestou vigorosamente a sua oposição à prospecção/mineração na sua área. O caso foi participado à polícia, mas a polícia não tem feito qualquer investigação, embora muitos membros da comunidade aleguem saber quem foi o assassino.
- Qual tem sido o papel do governo local e provincial? (Os membros do governo parecem esta a aproveitar-se das tensões para seu próprio benefício, no âmbito dos seus planos mais alargados para a reestruturação comercial da província.)
- Quais são os antecedentes e o historial da empresa de mineração, Mineral Resource Commodities (MRC)?

Este caso de conflito entre a comunidade e a companhia de mineração é muito significativo no contexto mais alargado da África do Sul, dada a grande riqueza mineral do país. Existe também uma preocupação crescente a nível internacional com o problema das populações deslocadas e realojadas devido à exploração mineira das zonas onde habitam, e a falta de responsabilidade social e de consulta por parte das empresas responsáveis. Já tinha lido vários relatórios sobre estas questões.

? O que despoletou a investigação?

Através de informação confidencial: um amigo que iniciara um projecto de turismo comunitário na área em 1999, e que continua a trabalhar para o desenvolvimento rural da zona, chamou-me a atenção para a situação que se estava a tornar cada vez mais tensa.

? Que fontes de documentação consultou e com quem falou?

- **ONG que trabalham na área:** Amadiba Crisis Committee, Sustaining the Wild Coast, National Union of ex-Mineworkers, Sgidi Community, Vuka Mtentu, South African Faith Communities' Environment Institute, Community Organisation Resource Centre, ACCODA Trust.
- **Companhias de mineração:** através da empresa de relações públicas que as representam, Maverick Media, e o beneficiário local da política governamental de potenciamento económico dos negros, Xolco, bem como a firma que estava a realizar a avaliação de impacto ambiental, GCS Consultants.
- **Consultores da área de desenvolvimento que têm trabalhado na área:** Mintek, Strategic Development Consultants, Economics & IDS, Dave Arkwright, James Jackelman, Richard King, Travis Bailey, Dave Perkins, Norman Reynolds, Alex Anderson.
- **Altos funcionários do Governo:** Departamento dos Minérios e Energia (nacional e provincial) e o seu Vice-Director Geral: Regulamentação da Indústria Mineral; Departamento para o Desenvolvimento Económico e Ambiente (provincial e regional); a Agência de Desenvolvimento Ntinga; o Presidente da Câmara Municipal do Distrito de OR Tambo, Capa, o Departamento para a Gestão do Território ("*Department of Land Affairs*").
- **Sector privado:** Wilderness Safaris, Ufudu Flyfishing, Clearwater Trails.
- **Autoridade tribal:** Rainha MaSobhuza Sigcau, Soba Nkosi Ntabazakhe Maleni, Supremo Soba Yalo de Xolobeni.
- **Advogados:** Andiswa Ndoni, Richard Spoor, Jeremy Riddle.
- **Documentos, livros, artigos saídos na imprensa:** relatório anual da Mineral Resource Commodities (MRC) *Annual Financial Report* (31 Dec 2006); a conservatória das sociedades comerciais e registo de propriedade intelectual da África do Sul (CIPRO); Online Australian Stock Exchange Limited, sítio web da MRC, estudo de Grant Thornton encomendado pelo Wild Coast Project em Maio de 2004; *Draft Mbizana Coastal Development Framework*, várias versões de Livros Brancos sobre o Desenvolvimento Sustentável do Litoral, a política de desenvolvimento do turismo na área - *Wild Coast Tourism Development Policy (WCTDP) – Special Provincial Gazette, 2001*; o plano de desenvolvimento especial da iniciativa para o desenvolvimento sustentável da zona - *Wild Coast Sustainable Development Initiative (WCCSDP)*; Mkambati and the Wild Coast, Div de Villiers and John Costello; The Peasants' Revolt, Govan Mbeki, IDAF (UK), 1984; relatório da Benchmarks Foundation, June 2007 Report: *A Policy Gap – a study on the corporate social responsibility programmes of the platinum mining industry in the North West Province of SA*; *Mining Weekly*; Independent Online, *Financial Mail*.
- **Fóruns de discussão em linha:** dois grupos de interesse contra a exploração mineira no www.facebook.com deram-me algumas pistas sobre possíveis fontes e debates.

? Que dificuldades enfrentou e como lidou com elas?

- A Presidente da Xolco, a companhia beneficiária da política governamental de potenciamento económico dos negros associada à MRC, enviou uma carta ao jornal *Sunday Tribune*, a refutar a minha presença numa reunião da autoridade tribal (e os factos que eu enumerei) embora ela própria não tivesse estado presente à reunião. Esta carta ainda se encontra no sítio web da MRC e constitui uma difamação da minha reputação como jornalista.
- Os redactores de alguns jornais estão pouco interessados em publicar notícias ou reportagens que não tenham 'relevância a nível nacional'. No início, só podia publicar as notícias no jornal regional *Sunday Tribune* (que é publicado na província vizinha de

KwaZulu Natal) e na revista independente *Noseweek*. Além disso, muitos jornais mostram-se relutantes em publicar reportagens longas, profundas e analíticas, e preferem notícias despoletadas por um evento específico, com pouco contexto e antecedentes. A minha reportagem final sobre este assunto ainda não foi publicada.

- Como é o caso de todos os jornalistas independentes, trabalho a expensas próprias. No princípio tive de arriscar ir visitar a área suportando todos os custos, sem saber se alguém me compraria a reportagem. Tive de angariar o meu financiamento próprio e tive a sorte de receber uma bolsa para jornalistas da Open Society Foundation que me permitiu continuar as minhas investigações.
- Um outro problema ocorre quando os redactores ‘roubam’ a ideia da reportagem que lhes foi apresentada pelo jornalista independente e enviam um dos jornalistas que trabalham para eles para cobrir o caso – isto aconteceu-me por duas vezes. A *Noseweek* não reconheceu a minha autoria em nenhuma das reportagens que publicou, embora posteriormente me tenha pedido desculpa, e justificado a omissão pois estavam a trabalhar sob pressão para conseguirem acabar a tempo da revista ir para o prelo – já desisti de me queixar!
- Fui ameaçada por alguns membros da comunidade que vinham para as reuniões armados, ameaçavam-me verbalmente, e me lançavam insultos raciais e político-partidários. Do mesmo modo, uma Presidente da Câmara, durante um discurso na língua local, mudou de repente para Inglês quando mencionou a comunicação social e acusou-me a mim e a um colega do [*Sunday Tribune*] de estarmos a tentar impor os nossos pontos de vista tendenciosos em prol do ambiente. Um advogado da Xolco ameaçava-me com regularidade de abrir um processo contra mim sempre que uma das minhas reportagens era publicada. Em todos estes casos, tentei explicar o papel da comunicação social como investigadora da verdade imparcial, e encaminhei o advogado para os advogados defensores de direitos humanos que estavam a trabalhar com o comité comunitário oposto à mineração das dunas.
- Como falante materna de Inglês, com compreensão limitada de Xhosa, tive de enfrentar barreiras linguísticas. Tive de contratar intérpretes para todas as reuniões comunitárias a que estive presente, e tenho a certeza que perdi muitas das subtilezas e textura do que se passava.
- Algumas fontes retiraram a autorização que me tinham dado para as citar pois tinham sido intimidadas – por exemplo, alguns professores perderam o emprego depois de terem dito à comunicação social que se opunham à mineração da área.
- A companhia de mineração australiana, MRC, e a sua subsidiária local, TEM, recusaram-se a falar com a imprensa, e rotularam toda a comunicação social sul-africana de tendenciosa. Vi-me forçada a lidar apenas com a companhia de relações públicas.
- Os altos funcionários do governo, sobretudo os funcionários do Departamento de Minérios e Energia, a maior parte das vezes consideraram as minhas perguntas hostis e recusaram-se a explicar a complexa legislação mineira. Limitaram-se a encaminhar-me para as licenças e regulamentos. Recebi mensagens ofensivas por correio electrónico de funcionários superiores, incluindo ataques muito pessoais ao meu carácter e reputação. Recorri a juristas especialistas em legislação mineira e a consultores de desenvolvimento para tentar superar este problema e obter uma explicação das leis – e, claro, guardei as mensagens ofensivas.
- Tive dificuldades resultantes da minha experiência insuficiente na área do jornalismo financeiro que me dificultou a investigação das discrepâncias na comparticipação por acções da MRC. Sei que preciso de receber formação nesta área. Além disso, como jornalista independente, não tive a vantagem de poder auscultar a opinião de colegas ou do redactor, ou a orientação jurídica que uma entidade patronal pode dar. Por isso tive de procurar os meus próprios peritos em contabilidade e pedir favores a amigos conhecedores.

Qual foi o resultado da publicação das reportagens?

Houve um recrudescimento da opinião pública, a avaliar pelas cartas ao redactor, e outros órgãos da comunicação social, tanto local como internacional, interessaram-se pela reportagem – inclusive, a CNN filmou uma pequena reportagem sobre o conflito.

O número de membros afiliados a ONG que se opunham à companhia de mineração cresceu e algumas destas organizações receberam fundos de doadores privados individuais. O trabalho de advocacia e pressão também foi consolidado – activistas de Joanesburgo que têm muitos mais conhecimentos sobre os problemas que as comunidades enfrentam quando se vêem ameaçadas pela possibilidade de mineração nas suas áreas, visitaram o local e realizaram oficinas de trabalho com as comunidades locais.

Nesse momento, houve um acontecimento espantoso. No dia 29 de Novembro de 2007, às 8h04, o diário electrónico da *Mining Weekly* anunciou que a exploração de minérios em Xolobeni tinha sido suspensa, e declarava: “Suspendido projecto de exploração de minérios pesados em Xolobeni na Wild Coast: A companhia de mineração australiana Mineral Commodities (MRC), e a sua subsidiária integral Transworld Energy and Minerals (TEM), suspenderam os planos de exploração de minérios pesados, em Xolobeni, na Wild Coast, África do Sul.” Todavia, mais tarde, no mesmo dia, a reportagem foi apagada da página da Web. Questionado, o redactor comentou: “A sua observação está correcta. Quando publicámos a notícia, pensávamos que a informação era digna de confiança. Mas ao prosseguirmos com as nossas investigações, descobrimos graves lacunas. Vamos a continuar as investigações e esperamos publicar uma reportagem mais completa em breve.”

Nem os meus informadores nem eu compreendemos o que se passou. Mas ocorreu pouco depois da avaliação de impacto ambiental ter sido publicada, a qual deu origem a reacções altamente críticas do público em geral. Talvez alguém na facção mineira não tenha suportado a tensão e divulgou a notícia, na esperança de remediar a sua reputação. Agora o semanário *Mail & Guardian* está a acompanhar o caso e o *Sunday Tribune* está novamente a investigá-lo. Além disso, a *Mining Weekly* está a seguir o caso com mais empenho. Talvez este caso seja exemplo de um pequeno sucesso no âmbito da liberdade de expressão e da auto-determinação das comunidades!

Quanto tempo levou a investigação e quais foram os aspectos mais dispendiosos em termos de tempo e financeiros?

Gastei cinco meses a investigar o caso (de Junho a Novembro de 2007).

- **Aspectos mais morosos:** viajar longas distâncias por picadas em transportes públicos; por último, alugar uma carrinha privada com motorista para me levar às reuniões nas comunidades rurais e da autoridade tribal; investigar o caso das iniciativas em termos de turismo através da análise retrospectiva de documentos e de políticas; contactar peritos que entretanto deixaram o país.
- **A mais cara:** a contratação de intérpretes; chamadas telefónicas interurbanas; ter de telefonar a todas as fontes quando me pediam por sms que lhes telefonasse – pois as fontes não têm dinheiro para pagar as chamadas; alugar uma carrinha para transportar os líderes do Amadiba Crisis Committee até Port Edward para os poder entrevistar como uma única voz; telefonar para a bolsa de valores australiana para me informar sobre a investigação que a bolsa estava a realizar sobre os métodos contabilísticos questionáveis da MRC e os preços inflacionados das suas acções.

Artigos que se seguiram

- Fred Kockott do *Sunday Tribune* começou a investigar o caso depois da publicação do meu primeiro artigo no jornal. O redactorial do *Tribune* comentou a questão na semana a seguir à minha primeira reportagem.
- A revista *Getaway* citou o meu artigo na *Noseweek* quando escreveu sobre o caso na edição de Novembro de 2007, na secção Dispatches.
- Alguns jornalistas do *Eastern Cape Herald* e da *In Route* contactaram-me para lhes dar pistas.
- A CNN veio filmar um pequeno documentário sobre o conflito.
- A jornalista australiana, Lesley Shuttleworth, que anteriormente vivia no Eastern Cape, escreveu um artigo sobre o caso na imprensa de Melbourne, tendo-me entrevistado para o artigo.

O que é que aprendeu e que conselhos daria a outros que estejam a trabalhar em investigações semelhantes?

A investigação de casos desta envergadura não é um trabalho para um jornalista isolado e é essencial que se cultivem muitas fontes que o mantenham permanentemente informado e que lhe chames a atenção para aspectos que não tenha levado em consideração.

- É preciso cultivar redes de contacto entre as pessoas das comunidades mais pobres, caso contrário as ONG com mais fundos e mais 'ruidosas' decidem sozinhas o rumo dos eventos e apresentam-se como porta-vozes dos 'mais desfavorecidos' muitas vezes sem terem qualquer autoridade para isso, fazendo muitas vezes observações incorrectas.
- É preciso manter uma postura calma e imparcial, mesmo quando o seu carácter está a ser atacado, para dar um aspecto profissional e abrandar situações explosivas.
- Investigue todos os factos com antecedência. Assim, ao deparar-se com funcionários públicos obstinados e grosseiros, pode explicar-lhes as razões para as suas perguntas e ganhar a sua confiança.
- Identifique técnicas para gestão de *stress* que resultem, e não se refugie no álcool como fazem alguns colegas.

 **NOTA:** Desde que Erika nos enviou este estudo de caso, a Comissão Sul-africana para os Direitos Humanos convocou funcionários nacionais e locais para que explicassem os abusos de direitos humanos que tiveram lugar em torno destas contendas ligadas aos direitos de exploração de minas.

Aspectos principais deste capítulo

-  A utilidade da fonte depende não só da fonte, mas da aptidão do jornalista para saber usá-la.
 -  Comece com o tópico ou indivíduo que vai investigar, e depois faça o mapeamento das testemunhas, das pessoas presente ou anteriormente envolvidas, de peritos e de contactos pertinentes oficiais e a nível da organização. Faça a sua selecção a partir da lista obtida.
 -  Seleccione e avalie com cuidado os peritos que pretende consultar, e procure uma forma de lidar com os pontos divergentes entre as opiniões dos peritos, sem distorcer os argumentos.
 -  Preste muita atenção a contactos a nível da organização que fazem o papel de 'porteiros', de 'inspectores' e de 'abridores de portas'.
-

- ✓ **Empregue técnicas de dissimulação apenas depois de ter ponderado cuidadosamente o verdadeiro nível de interesse para o público da matéria que está a investigar.**
- ✓ **Avalie metodicamente as fontes e os documentos. Use a regra das duas fontes a fim de se asseverar que todas as informações que descortinou são confirmadas por outra fonte independente da primeira.**
- ✓ **Cuidado com a manipulação da verdade. Questione-se sobre a origem e os motivos por trás de tudo o que lhe é dito ou apresentado.**
- ✓ **Estimule as fontes relutantes a fazerem as declarações oficialmente. Se não estiverem dispostas a isso, tome todas as precauções possíveis para proteger a sua identidade.**
- ✓ **Não faça pagamentos às fontes que possam ser interpretados como pagamento pela informação.**
- ✓ **Proteja-se mantendo registos exactos, guardando cuidadosamente todo o material referente à investigação e, sempre que possível, obtendo depoimentos escritos e assinados pelas suas fontes importantes.**
- ✓ **Existe uma profusão de material no acervo público que deve ser a sua primeira fonte de consulta.**
- ✓ **Verifique o trabalho feito na área que está a investigar por outros jornalistas ou investigadores para não estar a reinventar a roda.**
- ✓ **O princípio mais importante de todos é que a relação do jornalista com as fontes é sagrada. Não faça promessas que não possa cumprir. Se fez uma promessa, tem de estar preparado a sacrificar a sua própria liberdade ou mesmo a sua vida para garantir que a sua promessa seja cumprida.**

Vejamos então agora quais foram os erros cometidos por Angeliqe Kimoko?

Esperamos que tenha notado alguns dos pontos apresentados a seguir:

- Parece-nos que ela se deixou dominar pelo sentimento de compaixão. Não existe qualquer evidência de que ela tenha confirmado a narrativa da mulher e filha, ou que tenha seguido o passo necessário, antes da entrevista, de explicar os aspectos da confidencialidade e da protecção da fonte. Tanto ela como as fontes que usou presumiram demais.
- Ao dar dinheiro à mulher sem qualquer razão evidente, poderia colocar em risco a credibilidade do seu trabalho.
- Não parece que ela tenha sublinhado ao redactor a importância de se proteger a identidade da mulher – na realidade, ela falhou totalmente neste aspecto, e poderá ter provocado danos irremediáveis.

Angeliqe terá de lidar com sentimentos de culpa e de incompetência e poderá precisar de aconselhamento ou psicoterapia e de apoio profissional. No futuro, terá de começar as entrevistas explicando às fontes a questão da confidencialidade e chegar a um acordo sobre as regras que irão reger a publicação da reportagem.

Glossário

- **Cláusula de confidencialidade** – parte de um contrato assinado pelos empregados que os proíbe de falar sobre seja o que for que tenha a ver com o empregador: por vezes, este contrato continua em vigor mesmo depois de a pessoa ter deixado o emprego
- **'Abridor de portas'** – uma fonte que pode dar ao jornalista acesso a outras fontes garantindo que não haverá implicações de ordem ética que afectem o crédito do seu trabalho ou comportamento
- **Pagamento pelo uso de instalações** – pagamento normal e razoável que se paga pela ocupação de um local (incluindo a casa de alguém) para se realizarem filmagens /reportagens/gravações/entrevistas
- **Contabilista forense** – pessoa empregada pela polícia ou pelas autoridades para fazer o rastreio de transacções e delitos financeiros
- **'Porteiros'** – fonte que controla o acesso a outras fontes ou a arquivos de informação
- **Paradeiro da fonte** – descobrir onde vive uma fonte
- **Consentimento esclarecido** – consentimento dado pela fonte para uso das informações por ela proporcionadas, ou para revelação da sua identidade, DEPOIS de uma conversa completa sobre as precauções a serem tomadas e as possíveis consequências das revelações feitas
- **Rasto documental** – seguimento das provas sobre o comportamento e as acções de um indivíduo obtidas pela evidência deixada pelos documentos resultantes dessas acções, em que o investigador segue a pista deixada num documento sobre outro documento, o qual será procurado e examinado, e assim sucessivamente
- **Acervo público** – documentos não confidenciais guardados num ficheiro como parte rotineira da administração pública, ex.: cartas de condução, registo de nascimento, registo de uma empresa
- **Manipulador da verdade** – consultor de relações públicas ou porta-voz cuja função é manter ou melhorar a imagem ou influenciar a opinião pública, manipulando para isso a realidade
- **Regra das duas fontes** – convenção profissional que estabelece que as provas não são confirmadas se não for possível encontrar uma segunda fonte que as corroborem
- **Denunciante** – alguém de dentro que deseja dar informações e provas à comunicação social sobre a entidade patronal ou organização para quem trabalha

Leitura adicional

Para um apanhado geral da manipulação da comunicação social a nível governamental e comercial:

- <http://www.globalissues.org/HumanRights/Media/Manipulation.asp>
- O sítio canadiano www.journalismnet.com oferece uma lista impressionante de recursos internacionais na web que lhe dão informação especializada sobre quase todos os assuntos relevantes, ao mesmo tempo que lhe dá um ponto de entrada em instituições da comunicação social de quase todos os países.
- O sítio web do FAIR www.fairreporters.org (clique em 'resource centre', 'library' e 'links') oferece uma boa lista de instituições internacionais que mantêm bases de dados em linha sobre os seguintes aspectos:
- Meios de comunicação africanos ou internacionais que escrevem sobre África
- Registos de companhias na África do Sul e na Europa, companhias multinacionais, exploração de recursos e comércio de armas
- Instituições internacionais de monitorização da corrupção
- Agentes internacionais da ordem pública, estatísticas, Organização Mundial de Saúde, direitos humanos, justiça, segurança, e monitorização de tráfico humano
- A secção dos 'Dossiers' do centro de recursos do FAIR oferece artigos de fundo sobre exploração de recursos, financiamento de partidos políticos, legislação aplicável à comunicação social e uma gama variada de outras questões. A secção 'Tipsheets' (em 'Career Toolbox') apresenta uma lista de instituições, com os contactos de instituições governamentais e não-governamentais em todos os sectores da sociedade referentes a nove países africanos.
- <http://www.publicintegrity.org> e a organização parceira, o International Consortium of Investigative Journalists (no mesmo sítio web) publicam regularmente os resultados de pesquisas sobre questões internacionais ligadas à corrupção e a práticas empresariais pouco éticas
- <http://www.drewsullivan.com/database.html> apresenta uma lista de bases de dados americanas e internacionais que estão disponíveis em linha.

Para recursos gerais sobre África, consulte as seguintes ligações:

- Nações Unidas em geral (clique em 'browse' para uma vasta gama de assuntos): www.un.org/
- Stanford University Africana resource: <http://www-sul.stanford.edu/depts/ssrg/africa/guide2.html>
- Africana library: <http://www.digital-librarian.com/africana.html>
- Dados sobre o governo local da África do Sul: <http://www.loc.gov/rr/international/amed/southafrica/resources/southafrica-libraries.html>

Para consulta a documentos (sociedades, património, escrituras públicas, etc.):

- Lexis-Nexis: um serviço pago que pode ser dispendioso, mas que pode ser consultado na terminal de computador de uma biblioteca ou de um gabinete de advogados a expensas da instituição: www.lexisnexis.com

Para questões ligadas ao trabalho a nível internacional:

- Estatísticas da Organização Internacional do Trabalho (OIT) (consultar também as páginas em Português): <http://www.ilo.org/public/english/bureau/stat/portal/index.htm>
- A Confederação Internacional dos Sindicatos Livres: www.icftu.org
- A Federação Sindical Mundial ("Global Unions Federation"): <http://www.global-unions.org/>
- A Confederação Europeia de Sindicatos: www.etuc.org
- Labour Start (notícias actuais sindicais): <http://www.labourstart.org/>

Para organizações de direitos humanos:

- Human Rights Watch: www.hrw.org
- Human Rights UN (ONU): www.ohchr.org/english
- Organização Internacional para as Migrações: www.iom.int
- Save the Children: www.savethechildren.net/alliance/index.htm
- Amnistia Internacional: www.amnesty.org
- Oxfam: www.oxfam.org.uk
- Centro Internacional para a Justiça Transicional: www.ictj.org/en/index.html
- Unicef: www.unicef.org

Para questões ligadas ao ambiente e à exploração de recursos:

- Greenpeace: www.greenpeace.org.international
- Global Witness: www.globalwitness.org

Para legislação internacional e dados policiais:

- Comissão Internacional de Juristas: www.internationaljurists.com/index
- Tribunal Internacional da Justiça: www.icj-cij.org
- Interpol: www.interpol.int
- Europol: www.europol.eu.int
- Agência das Nações Unidas contra a Droga e o Delito: www.unodc.org

Para informação nuclear:

- The International Atomic Energy Agency: www.iaea.org/Publications/index.html

Para questões ligadas à liberdade de expressão e à liberdade de informação:

- Article 19: www.article19.org
- IFEX: www.ifex.org
- <http://foi.missouri.edu.html> proporcional orientação e exemplos sobre liberdade de informação
- www.saha.org.za para serviços sobre liberdade de informação na África do Sul e na África Austral

Para criação de redes de contacto e assistência para jornalistas que trabalham em zonas de conflito:

- Como lidar com stress, trauma e tortura: The Dart Center for Journalism and Trauma, sediado na University Washington em Seattle (<http://www.dartcenter.org>) – em coordenação com a International Society for Traumatic Stress Studies – oferece aos jornalistas um serviço de encaminhamento para psicólogos conselheiros em todo o mundo.
- The Marjorie Kovler Center for Survivors of Torture (http://www.poetics.org/daytonpor/kovler_center.htm) é um centro de saúde em Chicago com conhecimentos especializados nesta área.

(As fontes supra foram tiradas da bibliografia bastante completa de um relatório do CPJ sobre jornalistas que trabalham em zonas de guerra. O relatório completo, que contém quatro páginas de fontes úteis, encontra-se em: <http://www.cpj.org/Briefings/2003/safety/safety.pdf>)

Outras organizações de apoio à imprensa

- International global investigative journalism (dá apoio em termos de pedidos de informação)
- <http://www.globalinvestigativejournalism.org/>
- Repórteres e Redactores de Investigação (possui um enorme arquivo de notícias e artigos)
- <http://www.ire.org>
- Centro de Integridade Pública (faz investigação, com regularidade, sobre questões de corrupção, etc.)
- <http://www.publicintegrity.org/default.aspx>
- The International Federation of Journalists
- <http://www.ifj.org>
- Centre for Investigative Journalism
- <http://www.tcij.org>
- Na secção da biblioteca ('library') do sítio web da FAIR encontram-se outras organizações de jornalismo de investigação.
- Não se esqueça de consultar as suas próprias organizações jornalísticas nacionais ou regionais!